

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GEOGRÁFICAS SOBRE O NARCOTRÁFICO

Rafael Rodas Vera Filho¹Siméia Simões Leal²Jutilane da Guia³

Resumo: *Contribuição teórica à caracterização espacial da referida atividade ilícita através da análise marxista. Abordagem do problema através de uma lei da dialética (ação recíproca). A partir disso se tentou construir uma crítica geográfica ao raciocínio de SOUZA (2000).*

Palavras-chave: Geografia; Narcotráfico; Lumpemproletariado.

INTRODUÇÃO

Os temas relativos ao tráfico de drogas têm sido estudados na Geografia por poucos autores. No recorte espacial brasileiro, a metrópole do Rio de Janeiro até o momento foi o centro da maioria das análises intelectuais, embora o problema social tenha assumido uma extensão geográfica nacional. Este trabalho teve por objetivo esclarecer algumas questões teóricas relativas ao tráfico de drogas e à fragmentação do território contidas na obra de SOUZA (2000). A metodologia constou de pesquisa bibliográfica, apoiada no método dialético de abordagem.

A proposição essencial aqui apresentada é sugerir um novo enfoque de pesquisa usualmente realizada. O autor mencionado analisou o narcotráfico enquanto fenômeno socioespacial com base em uma das leis da dialética (a interpenetração dos contrários), aliado a uma metáfora biológica que facilita o entendimento apenas parcial do quadro de referência. Para a Geografia, propõe-se raciocinar segundo a ação recíproca para melhor articulação da problemática com outros aspectos científicos. A ação recíproca é a lei da dialética que pressupõe a interdependência entre os diversos fatores sociais intervenientes, integrados num todo coeso e coerente, transformado por acontecimentos organicamente articulados entre si, solidariamente dependentes e, simultaneamente, condicionando-se uns com os outros (MARCONI e LAKATOS, 2005, p.101). É o raciocínio que melhor explica a expansão do narcotráfico em diferentes escalas geográficas. Sabendo da importância da construção social do espaço, buscou-se entender a questão do ponto de vista do lumpemproletariado. Este é um dos condicionantes principais do problema, embora geralmente desprezado nas análises marxistas. Ao mesmo tempo, esta camada social se apresenta como resultado de um modo de produção hegemônico, o capitalismo. Ou seja, o lumpemproletariado é condição e condicionante social com implicações na geografia das cidades e nos fluxos de mercadorias entre elas. Esta numerosa camada social representa uma das principais causas do recrudescimento recente da violência urbana na capital e no interior paulista (junho e julho de 2006). Instrumento e vetor do tráfico de drogas, o lumpem é objeto de pesquisa de reduzido número de pesquisadores nordestinos. A espacialização desse tema, por seu turno, tem merecido pouca atenção da comunidade geográfica baiana neste momento.

¹ Autor principal. Engenheiro, Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Professor Substituto de Geografia Regional na Universidade Estadual de Feira de Santana.

² Co-autora. Professora e Licenciada em Geografia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

³ Co-autora. Aluna do curso de Licenciatura em Geografia da UCSAL e bolsista do CNPq/CEPEX/UCSAL.

DEFINIÇÃO DE TERMOS

LUMPENPROLETARIADO DO NARCOTRÁFICO – Indivíduos expelidos pelo próprio sistema econômico capitalista (mendigos, indigentes), mais aqueles trabalhadores informais e criminosos, portanto inseridos no sistema capitalista – muito embora vivendo à margem da legislação e responsáveis pelas diferentes atividades ligadas ao armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de drogas ilícitas (SOUZA, 2000, p.2).

REFERENCIAL TEÓRICO

Em sentido amplo, o lumpemproletariado foi tratado por MARX como categoria residual e diversificada. Ou seja, uma camada social constituída pela ralé da sociedade capitalista, indivíduos incapazes de se tornarem “sujeitos de sua própria história”. Por outro lado, o anarquista Bakunin identificou nestas pessoas certos atributos revolucionários. Seriam essas características algo potencialmente capaz de fazer do lumpem um agente radicalmente transformador da sociedade? Esta é uma interessante pergunta de pesquisa ainda não completamente respondida.

No Brasil, cresce o lumpemproletariado e decresce a mão-de-obra formal. Ao contrário da Europa, onde tal estrato social tende a declinar em número e importância, aqui se assiste a uma pleora desse contingente problemático. A estatística tem sido inflada pela reestruturação produtiva, modernização da agricultura, reconcentração geográfica de indústrias e fechamento de fábricas, entre outras causas. Na realidade brasileira, a soma de lumpemproletários tem aumentado não somente em termos quantitativos, conforme apontam as estatísticas (desemprego, população situada abaixo do nível de pobreza estabelecido pela ONU, ou seja, sobrevivendo com menos de um dólar ao dia). No plano qualitativo, o destaque político desse estrato social emergiu devido ao controle de várias favelas cariocas pelo narcotráfico que domina o varejo dessa mercadoria no Rio de Janeiro desde meados dos anos 1980. No mês de maio de 2006, a violência urbana ganhou relevo inédito no noticiário nacional e internacional. Ela foi dirigida prioritariamente contra alvos policiais civis e militares de São Paulo, comandada a partir das celas nos presídios paulistas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006).

A presente crítica geográfica se direciona à classificação empreendida por Marcelo Lopes de Souza em relação ao lumpemproletariado do narcotráfico. Para o geógrafo, tal substrato social encontra-se integrado ao sistema capitalista, sendo denominado de “lumpemproletariado *simbiótico*”:

O modus operandi do lumpemproletariado é parasitário, enquanto pedinte que vende sua própria degradação, ou ironicamente simbiótico com o capitalismo periférico, enquanto agente econômico operando no circuito inferior da economia urbana; ou ainda parasitário-simbiótico, enquanto criminoso que vive do vício de seus clientes e se serve da corrupção e da violência como instrumentos de trabalho” (destaques nossos) (SOUZA, 2000, p.2).

No contexto brasileiro não haveria simbiose, conforme a definição estrita de Ferreira (1978, p.1113): “Associação de dois seres vivos ... na qual há benefícios recíprocos; ... vida em comum”, tendo em vista três aspectos:

- O lumpemproletariado existe não somente no circuito inferior da economia. Também está presente a montante do circuito capitalista, situado no setor formal e no circuito superior da economia. O lumpem se mobiliza principalmente através das atividades de lavagem de dinheiro e das diferentes empresas que se sustentam à base dos recursos financeiros legalizados e oriundos do ilícito narconeócio;

- A relação “simbiótica”, caso existente, seria geograficamente mais ampla do que aquela indicada pelo autor. Sabe-se que os principais centros do narcotráfico estão situados no hemisfério norte, onde se realizam todas as operações ligadas ao tráfico internacional de drogas (venda no atacado, distribuição e lavagem de dinheiro). A simbiose estaria mais visível nas capitais do capitalismo central do que em cidades do capitalismo periférico como o Rio de Janeiro, tido mais como centro de trânsito. Um local onde existem redes organizadas, que asseguram a recepção e reexportação do produto. (JORNAL DO BRASIL, 2003, p.23).

A relação capitalismo-lumpemproletariado (e vice-versa) está distante de ser “simbiótica”. É mais uma tática de sobrevivência de indivíduos que vivem à margem do sistema econômico e são explorados pelo capitalismo, conforme o seguinte:

- Por exemplo, é pouco crível que a indústria de armamentos seja substancialmente alimentada pela delinquência, em primeiro lugar, seguida das forças de repressão e, por último, pelo cidadão amedrontado –argumentos de Souza (2000). Sabe-se que o Estado sempre foi detentor de aparelhos repressores belicamente mais aparelhados, mas principalmente para a defesa contra agressões externas. No ambiente interno, em grande parcela devido à corrupção, parte deste arsenal escoou para o crime organizado. Argumenta-se, com Castells (1998, p.245): a indústria de armamentos é amplamente incentivada por fatores diversos da delinquência, como a corrida armamentista entre governos e o terrorismo internacional, motor do tráfico de armas;
- Por outra parte, é o lumpemproletariado que se torna cada vez mais explorado pelo capital ao realizar a atividade transgressora da lei. Exemplos: diminuição da expectativa de vida ao nascer do morador negro das cariocas favelas; aumento (após o Censo de 1980) da taxa de mortalidade nesta camada da população antes mesmo de atingir a idade adulta (FIBGE, 2003);
- De fato, “a criminalidade, porém, não ameaça o capitalismo, nem intencionalmente, nem efetivamente”. Mas se discorda da dialética utilizada por Souza (2000, p.2). Foi o capitalismo que, ao aprofundar a divisão territorial do trabalho, segregou proletários e lumpemproletários em áreas geográficas socialmente discriminadas, tal como as favelas cariocas e outros espaços estigmatizados pelo conjunto da sociedade e dotados de infra-estrutura precária. Ao negar oportunidades ao lumpem, fomentou ainda mais a criminalidade organizada atrelada ao narcotráfico. Deve-se ter bem claro que a principal causa da criminalidade são as desigualdades sociais em nosso país. O preconceito social e racial é outro fator importante, enfatizado por Souza em seu livro “Planejamento urbano e ativismos sociais” (2004). No entanto, não se deseja fazer um reducionismo economicista, porque não há uma relação direta pobreza-criminalidade. O que se quer demonstrar é a conexão entre a injustiça social e a criminalidade, a exemplo de alguns jovens negros e educados que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal por conta da discriminação socioespacial (contra os moradores de favelas) e racial (racismo em relação aos afrodescendentes domiciliados dentro e fora das favelas).
- A preocupação do autor se fixa no crescimento exagerado das pressões sociais e da força emanada pelo Estado. As polícias tenderiam ao recrudescimento na imposição do respeito às leis no rastro da cada vez maior reação contra o que ele chama de “lumpemproletariado em armas”. Esta expressão, mais conhecida a partir da revolução cubana (1959), se mostra eivada de contradição teórica. O lumpem do Rio de Janeiro não parece estar em luta revolucionária contra o *status quo* dominante. SOUZA (2000, p.2) afirmou anteriormente: “não se pode ver na criminalidade uma negação do capitalismo: na realidade, ela representa uma acomodação despolitizada às regras do jogo capitalista”. A mencionada despolitização foi demonstrada

recentemente pelo crime organizado ao atacar numerosos civis na capital paulista (FOLHA DE SÃO PAULO, 12/06/2006, p.10 e 15/07/2006, p. 15).

Sem dúvida, a repressão estatal não atinge os “corruptores, manipuladores e financiadores” (SOUZA, 2000, p.2) da criminalidade organizada na mesma proporção em que a polícia aflige o proletariado domiciliado nos morros cariocas. E tal fato se amplia para as demais cidades brasileiras enredadas pelo problema em estudo. Isto é evidente na medida em que a desigualdade e a injustiça social são as características marcantes do capitalismo. Especialmente se for levado em conta os seguintes aspectos (JORNAL DO BRASIL, 16/04/2003, p.23):

- O mercado mundial de narcóticos tornou-se uma elevada fonte de ganhos para aqueles que exercem o seu controle. A atividade ilícita movimentou mundialmente no ano de 1990 cerca de 300 bilhões de dólares. Nos EUA o tráfico movimentou de 60 a 120 bilhões de dólares por ano. Para os camponeses dos altiplanos andinos, o cultivo da coca, matéria-prima básica da cocaína, atinge o preço de 10 mil dólares por acre e o cultivo de milho não chega a 200 dólares por acre. A produção e distribuição de cocaína emprega mais de 5 milhões de pessoas na Colômbia, no Peru e na Bolívia;
- Na outra ponta do sistema estão os centros de “lavagem” do dinheiro ilegal obtido com a venda de drogas. São “paraísos fiscais”, onde os traficantes investem em capital financeiro, compram propriedades e bens de consumo. Alguns centros de lavagem são as ilhas Cayman e Bahamas, no Caribe; o emirado de Abu Dhabi, no Oriente Médio; a ilha de Chipre no Mediterrâneo e, claro, os centros consumidores, dos quais os EUA reúne os principais mercados consumidores e o Rio de Janeiro representa mais um centro nacional de consumo e logística neste negócio ilegal;
- O narcotráfico incorporou-se de tal modo na vida moderna que se transformou num poder paralelo em muitos países. Seu sistema envolve chefes de estado, agentes da CIA, o serviço secreto americano, banqueiros, comerciantes de armas e grupos guerrilheiros (no passado recente, o Sendero Luminoso peruano e, atualmente, as FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

Como resultado do raciocínio acima, não existe uma relação parasitária entre o lumpemproletariado ligado ao narcotráfico e o capitalismo. Não há simbiose, nem tampouco uma relação duplamente parasitária e simbiótica.

Nesta seara, não há ganhos recíprocos, nem tampouco rendas para apenas um dos lados envolvidos na questão. Há somente perdas para todos. Perdas maiores para os socialmente mais fracos. Os mesmos que sempre sucumbem diante do estímulo a táticas de sobrevivência ilegais, de ganhos relativamente imediatos e fáceis, mas de alto risco e ganhos pequenos no final. O sistema econômico vigente, visto como um todo, também perde. O narcotráfico é filho da hipocrisia e do egoísmo, fruto do hedonismo, do consumismo e do individualismo que perpassa todo o conjunto da sociedade capitalista. Perdas menores talvez existirão para a minoria invisível que controla, manipula e financia o narconeurogócio. Esta minoria, no entanto, não está imune a prejuízos porque fica cada vez mais clara a ação dos centros financeiros internacionais na lavagem de dinheiro. Enfim, o capitalismo cria suas próprias contradições, se volta contra elas para depois criar novas incoerências. As analogias biológicas são insuficientes para explicar este quadro teórico.

A ideologia capitalista trabalha com o objetivo de distorcer a realidade, desde que os governos combatem seletivamente o narcotráfico e deixam livres os seus financiadores e controladores situados no topo da hierarquia.

CONCLUSÃO

A abordagem geográfica e holística do problema levada a efeito nesta pesquisa dispensa a alegoria fisiológica proposta pelo geógrafo carioca (simbiose entre o formal e o informal, o legal e o ilícito). A norma metodológica recomenda a melhor adequação do método de abordagem dialético às questões, de modo a se evitar generalizações derivadas da taxonomia biológica. A proposta é no sentido de humanizar o enfoque da questão no terreno da geografia, ao invés de contribuir para a naturalização do tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil** – censo de 2000. Rio de Janeiro: FIBGE, 2003.

CASTELLS, Manuel. Em direção ao Estado em rede? In: Seminário sobre sociedade e reforma do Estado. São Paulo: USP, 1998. p. 245.

FERREIRA, Aurélio B. H. Pequeno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1978. p. 1113.

O MUNDO e o dilema das drogas. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 16 abr. 2003, caderno 2, p. 23.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Folha da Manhã, ano 85, n. 28777, 12 jun. 2006. Caderno B.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Folha da Manhã, ano 85, n. 28782, 15 jul. 2006. Caderno B.

MARCONI, M; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes. Tráfico de drogas e fragmentação do tecido sociopolítico-espacial no Rio de Janeiro. In: Encontro da Associação nacional de pesquisa e pós-graduação em ciências sociais (Anpocs), 12, 2000, São Paulo, **Anais eletrônicos...** São Paulo: Anpocs, 2001. Disponível em: <<http://www.clacso.edu.ar/libros/anpocs/marce.rtf>>. Acesso em: 11 jun. 2006.

_____; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Unesp, 2004. 136p. (Série sociedade, espaço e tempo).